

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E
AGRICULTURA FAMILIAR – CEDRAF

ATA 52ª REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA EM 10/10/2012

Pauta:

- 08:15 1** Credenciamento.
08:30 2.0 Abertura- Presidente do Cedraf e Secret. da Agricultura Norberto Ortigara
2.1 Aprovação da pauta.
2.2 Aprovação da Ata nº 50
08:50 3 Informes da Câmara Técnica de Credenciamento de Ater - Bittencourt
08:55 4 Parecer da Câmara Técnica do Proinf
09:15 5 Apresentação da Câmara de Agroecologia
09:45 6 Apresentação Conserva Bio – Maciel Embrapa
10:15 7 Apresentação da proposta de Lei de Ater – GT Ater
11:15 8 Debate da proposta e aprovação do Projeto de Lei Estadual de Ater
13:00 9 Encerramento

Aos dez dias do mês de outubro de dois mil e doze, realizou-se a quinquagésima segunda reunião do CEDRAF, nas dependências do Instituto EMATER – (Rua da Bandeira, 500 – sala de reunião do 1º andar) Estiveram presentes 28 conselheiros titulares e suplentes representando os titulares, mais 29 convidados. Conselheiros presentes: Norberto Anacleto Ortigara Presidente do CEDRAF/SEAB, José Carlos Castilho FETAEP, Leonardo Pereira Xavier CEAGRO, Luiz Marcelo Padilha SEBRAE-PR , Natalino Avance de Souza EMATER, Reni Antônio Denardi MDA/DFDA, José Carlos Castilho FETAEP, Marcos Junior Brambilla Câmara da JUVENTUDE, Rosana de Melo Corrêa CONAB, Anibal Rodrigues IAPAR, Antônio Vaz Filho APPA, Antônio Souza Alves Colegiado dos TERRITÓRIOS, Vilmar Agostinho Sergiki FETRAF-SUL, Mario José de Souza SETI, Valéria Nitsche SETS, Tânia Moreira FAEP, Werner Fuchs REDE ECOVIDA, Margit Hauer SEMA/IAP, Antonio Maciel B. Machado EMBRAPA , Ailton Santos da Silva MAPA/SFA , Luceny Teixeira SEED, Vera Lúcia Cecchin Dapont Câmara de MULHERES, Juarez Santos da Costa FEPAR, Ana Maria da Cruz QUILOMBOLAS, Paulo C. R. Brizola CCA, Luiz Ademir Possamai UNICAFES, Flávio Marcos da Silva CRESOL e Robson Mafioletti OCEPAR. Justificaram ausência as seguintes entidades: ALP, ARCAFAR-SUL e INCRA, **faltaram sem justificativas:** Federação dos PESCADORES, DESER, SEPL, AMP e INDÍGENAS. Compôs a mesa o Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura e do Abastecimento Sr. Norberto Ortigara, o Diretor Presidente do Instituto EMATER Sr. Rubens Ernesto Niederheitmann e o Secretário Executivo do Cedraf Sr. Carlos Roberto Bittencourt, juntamente com os conselheiros presentes. **2.0 Abertura-**Presidente do CEDRAF Norberto Ortigara, deu as boas vindas aos Conselheiros e convidados presentes abrindo a 52º Reunião do CEDRAF. **2.1- Aprovação da pauta** – Ortigara colocou em apreciação a pauta encaminhada com antecedência a todos os Conselheiros e comunicou que o item 6 da pauta que seria a apresentação do Conserva-bio ficará para a próxima reunião em função de problemas de saúde com pessoa que iria apresentar, a pauta foi aprovada. **2.2 -Aprovação da Ata de nº 50** Ortigara apresentou para discussão a ata número 50 de 21 de agosto que também tinha sido enviada por e.mail, informou que ficou pendente a ata da última reunião de número 51 do dia 18 de Setembro, sem manifestações foi colocado em votação e aprovada por unanimidade. **3 Informes da Câmara Técnica de Credenciamento de Ater** - Bittencourt informou que foi

credenciada a Cooperativa Central da Reforma Agrária CCA, com sede em Curitiba e renovados os credenciamentos da Unileite, Agroplântula, Associação dos Pequenos Agricultores e Ceagro, não solicitaram renovação ainda a Associação dos Técnicos Agrícolas do Paraná, e a Associação Imbuia, foi enviado e.mail para esta entidade e não houve resposta e os telefones cadastrados não atendem. O Deser solicitou renovação, mas até o momento não atendeu as solicitações de correção na equipe, efetuadas pela Câmara Técnica de Credenciamento de Ater. **4 Parecer da Câmara Técnica do Pronat dos projetos apresentados até 02/10/12** – Bittencourt relatou os pareceres da Câmara Técnica, primeiro projeto **Território Vale do Iguazu** - Proponente **Prefeitura Municipal de União da Vitória** SICONV 038468/2012 – Construção e Implantação da Casa Familiar Rural de União da Vitória- valor total R\$ 652.174,00 valor MDA R\$ 600.000,00 este projeto já tinha sido aprovado em 2011 em todas as instâncias, mas em função do valor da contrapartida do município ter sido lançado incorretamente, não foi aceito pelo MDA/SDT, com as correções realizadas a Câmara Técnica recomenda a aprovação, colocado em apreciação e votação foi aprovado por unanimidade na plenária do Cedraf. **Território Sudoeste** – SICONV 042169/2012 – Construção de um Centro de Cultura Camponesa do Sudoeste do Paraná. Proponente **Prefeitura Municipal de Marmeleiro**, este projeto ficou em trâmite na Câmara Técnica do Pronat por dois anos, até que fossem sanadas todas as dúvidas e se efetivasse um contrato de gestão e compromissos pela Prefeitura Municipal, resolvidas todas as pendências, a Câmara apresentou parecer favorável a aprovação, colocado em discussão e após algumas manifestações dos Conselheiros foi colocado em votação e aprovado por unanimidade pelos Conselheiros, este projeto segundo a ata do Colegiado Territorial é o segundo na hierarquia dos dois projetos do Território Sudoeste encaminhados a SDT, valor total R\$ 463.000,00 e valor MDA R\$ 448.000,00. **Território Centro Sul** Proponente **Prefeitura Municipal de Irati** SICONV 037191/2012 – Construção de Centro Municipal de Processamento de Produtos da Agricultura Familiar, aquisição de um caminhão leve e equipamentos, com objetivo de processar alimentos através de recepção, higienização, descascamento, fracionamento e entrega às unidades educacionais do município. Valor total R\$ 461.687,00 e valor MDA R\$ 350.000,00, este projeto já tinha sido analisado pelo Cedraf na última reunião de Setembro, foi solicitado que retornasse para o território para novos ajustes, principalmente em relação a especificação do caminhão e do projeto ser municipal, após os ajustes e explanações de Marcos Gregolin articulador do Território e da Eng. Agrª Rosenilda funcionária da Secretaria Municipal da Agricultura de Irati, a Câmara Técnica recomendou a aprovação pelo Conselho. O Presidente do Cedraf abriu a palavra aos Conselheiros, Pastor Fuchs das Rede Ecovida, comentou que um dos questionamentos levantados na reunião foi o superdimensionamento do projeto no tocante ao espaço físico, e que desde o início do projeto deveria ter o aporte de produtos de outros municípios da região. Maciel perguntou sobre como seria a relação com os produtores de produtos orgânicos e se poderiam complementar com estes produtos, foi dada a palavra a Eng. Agrª da Prefeitura de Irati Srª Rosenilda para as devidas explicações do projeto, relatou que o Centro de Processamento não está superdimensionado pois será uma unidade de 200 m² e irá receber vários produtos, fazer a higienização entre outros procedimentos. Ortigara detalhou o projeto demonstrando que não esta superdimensionado, Rosenilda esclareceu que inicialmente contemplará o beneficiamento dos produtos para a merenda das escolas municipais e posteriormente a merenda das escolas estaduais e que também deverá receber produtos de municípios vizinhos em função da demanda por estes produtos, em relação aos produtores de orgânicos informou que o Instituto Equipe e a Associação Assis que trabalham com estes agricultores estão junto neste projeto e recebem mensalmente da prefeitura aporte de recursos para ajudar na manutenção nos trabalhos desenvolvidos para a transição da agricultura convencional para a agroecológica e orgânica, foi ressaltada o percentual da contrapartida oferecida pela Prefeitura que atinge 24,19%.

Colocado em votação foi aprovado por 28 Conselheiros e uma abstenção. **Projeto Estadual (estratégico) envolvendo três territórios da Cidadania- Vale do Ribeira, Cantuquiriguaçu e Paraná Centro** – Proponente - **Secretaria de Estado da Educação do Paraná – Superintendência de Desenvolvimento Educacional/ Diretoria de Infraestrutura e Logística / Coordenação de Alimentação e Nutrição Escolar** – SICONV 042539/2012- Melhoria e expansão da infraestrutura física dos espaços para a alimentação escolar de estabelecimentos de ensino da rede pública estadual paranaense. As três escolas estão nos municípios de Rio Branco do Sul(Território Vale do Ribeira), Nova Laranjeiras (Cantuquiriguaçu) e Manoel Ribas(Paraná Centro) sendo que as duas últimas são escolas indígenas. Valor total R\$ 1.161.935,00 e Valor MDA R\$ 871.200,00. Bittencourt informou que esse projeto é estratégico e não deve disputar os recursos já destinados aos territórios, com estes argumentos a Câmara Técnica do Pronat aprovou o projeto e indicou a busca dos recursos no MDA, possivelmente de sobras ou de recursos destinados a projetos estratégicos ou referenciais, foi passado a palavra a Sr^a Márcia Coordenadora do PNAE no Estado do Paraná, falou que esta demanda nasceu da Unicafes, pois muitos agricultores familiares reclamavam das condições de recepção e armazenamento dos produtos nas escolas, disse que este projeto visa atender estas demandas, melhorando a infraestrutura de recebimento, higienização, com câmara fria, ar condicionado, separando os espaços de armazenamento de acordo com os produtos, junto a cozinha terá um espaço destinado a capacitação, tanto dos alunos como das merendeiras e agricultoras da comunidade ensinando como preparar geleias e outros produtos, destacou que estas escolas serviriam de modelo ou referência para outras escolas do estado, Conselheiro Possamai da Unicafes disse que estiveram no MDA em Brasília e souberam das chamadas públicas para a merenda escolar e decidiram buscar uma melhoria na entrega e armazenamento nas escolas dos produtos destinados a merenda escolar, e na volta procuraram o Reni Denardi delegado do MDA e a SEED para viabilizar esta proposta e parabenizou a SEED pela rápida resposta, preparando este projeto a ser encaminhado ao MDA, Márcia destacou que o Paraná foi o primeiro estado a comprar no mínimo os 30% de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar e que este projeto ajudará no desenvolvimento sustentável, com quantidades maiores de produtos a serem adquiridos para a merenda dos agricultores familiares. Ortigara achou a proposta interessante e colocou em votação o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes e agradeceu a apresentação da Márcia e da Rosenilda e apontou que os quatro projetos do Proinf apresentados foram aprovados nesta reunião. **5 Apresentação da Câmara de Agroecologia e Agricultura Orgânica**– O Diretor do CPRA e Secretário da Câmara Setorial Eng. Agr^o Márcio Miranda citou que a última apresentação da Câmara no Cedraf foi no final de 2010 ele fez um balanço dos trabalhos daquela data até este momento, falou que a Câmara de Agroecologia é composta por 32 entidades do setor público e 24 entidades da sociedade civil, foram realizadas três reuniões anuais em 2011 e a terceira de 2012 será realizada em novembro, as frequências nas reuniões tem sido boa, algumas reuniões são descentralizadas, já fizeram duas em Londrina e farão as próximas em e Foz do Iguaçu e Centro-Sul, buscam integrar as reuniões com outros eventos como foi o lançamento das cartilhas e Jornada de Agroecologia. Discutiram nas reuniões temas relevantes, como a reestruturação do CPRA aprovando propostas, debateram e apresentaram proposta para a Política Nacional de Agroecologia, citou que a Câmara tem uma boa interação com alguns Deputados Estaduais entre eles o Deputado Rasca Rodrigues que é o Presidente da Frente Parlamentar de Agroecologia, com o Deputado Cheida e com o Deputado Elton Welter que promoveu audiências públicas sobre Projeto de Incentivo à Agroecologia, e uma destas audiências foi na reunião da Câmara de Agroecologia. Outro tema importante elaborado pela Câmara e aprovado pelo Cedraf, foi o Programa “Paraná Agroecológico” apresentando um conjunto de propostas visando o estímulo e o crescimento da agroecologia no estado, foi apresentada

para o novo governo em março de 2011 em uma reunião com o Secretário da Agricultura e Abastecimento Norberto Ortigara, foi viabilizada a impressão do programa no qual apresenta um conjunto de propostas. Em abril de 2011 realizaram uma oficina no CPRA com órgãos públicos e aprovaram um conjunto de ações e constituíram um grupo de trabalho para sistematizar as propostas e ações e foi novamente apresentado na reunião da Câmara de Agroecologia em Londrina e qualificaram estas propostas e em julho de 2011 apresentaram aos Secretários de Estado e dirigentes de instituições públicas. Marcaram para o final deste mês e começo de novembro uma nova reunião onde esperam ter o apoio dos deputados, e da Secretaria do Planejamento, para que possam oficializar essa proposta, independente disto, muitas ações previstas no plano já estão sendo executadas. As ações estão organizadas em eixos, e as propostas foram colocadas entre esses eixos. **Ações relacionadas a assistência técnica e extensão rural** são as seguintes: Articulação e fortalecimento da Ater em agroecologia por meio de uma Rede de Ater; apoio às ações de extensão universitária em agroecologia por meio da abertura de editais específicos, no final do ano passado foi aberto um edital do Programa Universidade Sem Fronteiras da Secretária de Ciências e Tecnologia; cooperação técnica e financeira entre o estado e ONGs para fortalecimento da Rede de Ater em agroecologia; fortalecimento do Emater para executar ater continuada aos agricultores em agroecologia; capacitação de técnicos de ater (poder público, entidades privadas e organizações não governamentais); Capacitação de agricultores em sistemas de produção de base agroecológica; elaboração de materiais sobre agroecologia em temas diversos; realização de eventos especiais sobre temas relevantes para a agroecologia. Em agosto promoveram o Encontro Nacional de Agroecologia em Medianeira na região oeste do Paraná. **Ações relacionadas a pesquisa:** Articulação e fortalecimento de pesquisa em agroecologia no Paraná, por meio de uma rede de pesquisa em agroecologia, já realizada a primeira oficina com muitas pessoas envolvidas, criado um comitê gestor coordenado pelo IAPAR e tendo na secretaria o CPRA; realização de evento estadual para integração e articulação das ações e pesquisas, ensino e extensão em agroecologia, a ideia é de reativar o antigo Paraná Orgânico, no novo formato seria Paraná Agroecológico, com um evento previsto para 2014; formulação de editais específicos para PD&I em agroecologia; fortalecimento e expansão das redes de referência em agroecologia; capacitação e atualização de pesquisadores e professores em agroecologia; criação de um programa estadual de mestrado em agroecologia; implantação e fortalecimento de núcleos de referência em agroecologia. **Ações relacionadas a legislação :** A legislação é falha no entendimento do grupo, as propostas de ações: elaboração de materiais sobre legislação orgânica, ambiental e de processamento; capacitação de técnicos e agricultores em temas relacionadas a legislação; Elaboração de estudo para proposição de ajustes das legislações O/A/P à realidade dos agricultores familiares e de comunidades tradicionais; apoio a processos de certificação pública em sistemas orgânicos de produção e processamento; promover a recuperação de APP ou áreas degradadas via sistemas agrofloretais regenerativos (SAFRs) em propriedades e grupos pilotos da agricultura familiar. **Na área de comercialização:** Estruturação de levantamento anual de produção e comercialização no Paraná - banco de dados, salientou que é um assunto que está sendo amplamente discutido, o Paraná é o único estado que tem dados de produção orgânica, o grupo definiu que vai encaminhar ao Secretário Norberto Ortigara um pedido para que Deral comande a discussão de uma metodologia para levantamento de dados e colocando a câmara de agroecologia neste processo de discussão; articulação de redes comercialização e logística em “Circuitos Curtos” entre produção e consumo; apoio a estruturas para o fortalecimento de mercados para venda direta, indireta e mercados institucionais(PAA e PNAE); formação e articulação de um grupo de consumidores para o consumo. **Ações de produção:** Apoio e incentivo para consolidação de sistemas de

produção em bases agroecológicas e no processo de conversão de unidades produtivas; crédito e fomento; apoio a agro industrialização de produtos de base agroecológica; produção de sementes básicas e mudas. Márcio Miranda apresentou alguns componentes da Câmara que estavam presentes, Fuchs parabenizou os componentes da Câmara pelo trabalho que estão desenvolvendo, disse que a Rede Ecovida tem uma percepção do avanço da agroecologia no Paraná, citou a implantação de núcleos agroecológicos no Paraná, como na Lapa e Foz do Iguaçu, e perguntou qual o mecanismo para registrar este avanço, pois só com o cadastro dos produtores orgânicos no MAPA não seria suficiente, pois a agroecologia é muito maior que os produtores certificados, Márcio Miranda comentou que as informações sobre produtores e produção orgânica são muito díspares entre os órgãos. No oeste existe um programa chamado água boa que é coordenado pela Itaipú e com participação de diversas entidades, e que deve ter em torno de cem produtores certificados e o total deve chegar em torno de mil produtores agroecológicos, pois a grande maioria não tem certificação, por isto não dá pra trabalhar com os dados estatísticos do MAPA, Margit conselheira da Sema/IAP falou da importância dos dados estatísticos e perguntou ao Secretário Ortigara se o Deral poderia coordenar estes levantamentos, que respondeu que fará uma reunião como a direção do Deral para buscar a viabilização desta solicitação, que já tinha sido enviada a Seab pela Câmara de Agroecologia, disse também que é difícil fazer levantamentos de produção agroecológica, praticamente o levantamento é censitário, mas reafirmou que irá solicitar para o Deral buscar uma metodologia, disse que o ano de 2013 terá como prioridade da Seab o fomento da produção agroecológica através do CPRA e Emater, com feiras orgânicas também no interior e aquisição destes produtos para a merenda escolar. O Presidente do Cedraf agradeceu ao Márcio Miranda pela apresentação e todos os componentes da Câmara de Agroecologia presentes.

7 Apresentação da proposta de Lei de Ater – GT Ater – O Coordenador do Grupo de Trabalho Eng. Agrº Zanini, designado pelo Presidente do Cedraf na reunião de 21 de agosto, apresentou o que foi elaborado pelo GT no período de 18 de setembro a 10 de outubro, comentou que a proposta da lei estadual ainda necessita de ajustes da assessoria jurídica da Seab, relatou que após a Conferência Estadual de Ater, ocorreram reuniões internas no Instituto Emater e lembrou que o Presidente Rubens assumiu compromisso no encerramento da Conferência de Ater que a Emater irá liderar o processo e com ampla participação das entidades e beneficiários de Ater, na proposta de criação de uma lei estadual, buscando o avanço da universalização da assistência técnica do Paraná. A partir daí, foi designado pela diretoria do Emater um grupo para discutir e avançar na proposta, visitaram a Bahia, único dos quatro estados com Lei Estadual de Ater sendo executada, também foram no MDA e trocaram informações com os técnicos responsáveis pelo acompanhamento de Ater, e com Valter Bianchini antes de assumir a Secretaria da Agricultura Familiar. Na reunião do Cedraf do dia 21 de agosto foi apresentada a primeira proposta e foi aprovada a formação de um grupo técnico para sistematizar a proposta de Lei, constituído por quatro instituições públicas (SEAB, Emater, MDA e AMP) e quatro privadas (Cenater, Fetaep, Fetraf-Sul e Ocepar). Foram realizadas dezenove oficinas regionais, territoriais e temáticas no mês de setembro e mais uma específica que foi solicitada pelas entidades que não puderam participar das outras oficinas, como órgãos de pesquisa, entidades sindicais entre outras, as propostas aprovadas nas oficinas foram sistematizadas e nesta redação final contemplou a maioria destas propostas, ocorrendo poucas divergências dentro do GT. O balanço final das oficinas indicou a presença de 912 pessoas nas atividades de consulta, dos 399 municípios paranaense, 289 foram representados nessa discussão, com participação de agricultores familiares, assentados, pescadores, indígenas, artesãos, comunidades tradicionais. Estiveram representadas 140 entidades públicas com repetição e 141 privadas também com repetição, em função do período eleitoral não estiveram representantes de todas as prefeituras, a proposta sistematizada

da lei estadual foi encaminhada a todos os Conselheiros, a dinâmica da apresentação da proposta foi de não ler artigo por artigo, mas de apresentar os pontos principais por capítulos e o Eng. Agrº Sérgio Guarienti fez a apresentação e iniciou dizendo que seria da mesma forma de apresentação feita na última reunião do Cedraf e que destacaria as alterações sugeridas nas oficinas. O capítulo I institui a Política Estadual de Ater PEATER-PR e coloca a Seab como responsável pela formulação e gestão e estabelece a realização de Conferências de Ater para definir e validar as diretrizes e com participação social e ocorrerá de forma periódica e constará no Regulamento, foram acrescentadas algumas terminologias em função de que foi visto que existia termos usados que não eram de uso comum. Não teve alterações nos princípios e nem nos objetivos, somente ajustes de redação, destaca-se a importância o incentivo aos fundos municipais para ater; trabalho em consonância com a lei federal e estadual; uma definição mais precisa da rede de Ater, pesquisa e ensino; incentivo a estruturação de ater municipal; promoção de estudos para gerar desenvolvimento rural. Esses quatro pontos são os principais fatores que agregam os objetivos da Lei. Quanto aos beneficiários, foram feitos pequenos ajustes na redação, contemplando agricultores familiares, agroextrativistas, pescadores e aquicultores, quilombolas, indígenas, faxinalenses e outras populações e comunidades tradicionais. Com suas diversas condições de posse da terra (proprietários, arrendatários, assentados e outros). As organizações e representações dos beneficiários prioritários e os empreendedores familiares rurais. Serão beneficiários trabalhadores rurais, boias frias e assalariados, os acampados, os agricultores periurbanos e urbanos e outras categorias. Algumas propostas não foram contempladas por que tinha algo divergente e que não caberia aquela mudança, ou por ser muito pontual e não representativa de todo estado. Com esta sistemática que o grupo trabalhou, inicialmente foi analisada a abrangência da proposta e se realmente ela seria complementar. O capítulo II institui o Programa Estadual de Ater, foi bem discutido nas oficinas e foi definido que a gestão técnica e executiva cabe ao Instituto Emater e a gestão social ao Cedraf de forma participativa com os demais colegiados, Guarienti salientou que esta proposta ainda não passou pela assessoria jurídica da Seab e nem por revisão de redação, salientou que este capítulo reforçou a importância do Cedraf como gestor social e agregando os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural ou similar. O Capítulo III prevê a participação dos municípios na Ater, foram poucas alterações mesmo sendo um dos capítulos que mais ocorreu debates, por despertar muito interesse de como seria a participação dos municípios, a única alteração foi em relação ao fundo, incentivando a criação de fundo próprio pelos municípios e também possuir orçamento para ater. Foram unificados os capítulos IV e V da proposta original, o credenciamento continua no Cedraf como é agora, nos moldes da legislação federal de ater, as condições para as entidades serem credenciadas foram mantidas, houveram muitas manifestações em relação as entidades novas que ainda não possuem cinco anos de serviços em ater como exige a Lei Federal, para contemplar as entidades novas e sem contrariar a legislação federal, após as sugestões, foram definidos três tipos de credenciamento; entidades com credenciamento pleno - aquela que tem condição de executar ater em toda sua perspectiva; entidades com credenciamento específico; entidades com credenciamento provisório para aquelas que não completam os quesitos para serem plenas ou específicas, mas que querem participar e estão envolvidas em projetos de ater, permitindo que as entidades participem sem excluir ninguém, elas devem se envolver com os Conselhos Municipais e o Conselho Estadual. Com a junção da proposta original foi alterado a ordem dos capítulos, o capítulo V refere-se ao fundo, orçamento e recursos, foi incluída a proposta de participação no fundo de recursos federais, estaduais, municipais e de instituições públicas e privadas nacionais e internacionais. O capítulo VI refere a contratação dos serviços de Ater, foi incluída a seguinte redação " A Seab com participação técnica e executiva do Emater contrata as demais entidades, por chamadas públicas ou convênios. O Capítulo VII trata do

Acompanhamento e Avaliação, foi feito um ajuste em relação a redação anterior colocando que o Emater acompanha, supervisiona e a Seab fiscaliza. O último capítulo o VIII, as Disposições Gerais foram feitas pequenas alterações na redação. O Organograma e a Estratégia Operacional não tiveram mudanças. Guarienti finalizando a apresentação e em nome do GT do Cedraf agradeceu a oportunidade e a confiança de todos e salientou que o grupo contemplou a maioria das propostas da Conferência Estadual de Ater e das Oficinas Regionais e Territoriais e disse que nestas oficinas muitos elogiaram o Cedraf e a postura do governo estadual de colocar a proposta de lei estadual de ater em discussão em todas as regiões do estado. Ortigara agradeceu a apresentação do Zanini e do Guarienti, e falou que encaminhou a assessoria jurídica da Seab e que foi apresentada uma redação “mais leve” já contando com as normas legislativas, não alterando o mérito da proposta, e que recebeu hoje pela manhã não dando tempo de repassar para o GT em condições de apresentar ainda hoje, o Conselheiro Fuchs solicita que seja transferido para o artigo 2º as siglas com os nomes por extenso, da Seab e Emater que está no artigo 7º, Cedraf que está no artigo 8, e incluir Iapar e CPRA, Ortigara disse que ainda poderão ter alterações na forma de colocar as palavras tanto na Seab, como depois na Casa Civil e na Assembleia Legislativa. A Conselheira Margit falou da preocupação em relação a definição dos faxinalenses e se seriam todos contemplados na Lei de Ater, pois não são todos que estão cadastrados, Ortigara falou que teve alteração na redação sobre os faxinalenses e que seriam contemplados. Margit também solicitou que fosse trocada as palavras “desenvolvimento sustentável” por “sócio - ambientalmente sustentável”, o grupo de trabalho comentou que pesquisaram sobre isto e o que estão usando é desenvolvimento sustentável tendo a concordância dos conselheiros. A Conselheira Vera Dapont, representante da Câmara Setorial das Mulheres, disse que quando foi apresentado a primeira proposta no mês de agosto propôs que fosse incluído entre os beneficiários as mulheres e os jovens, nesta proposta deveria estar no no artigo 5º, e insiste da importância de incluir na Lei de Ater, Ortigara solicitou que o GT anotasse esta proposta para ver depois junto ao jurídico a forma que poderia ser contemplado. Maciel Conselheiro da Embrapa solicita que seja retirada a palavra “preferencial “ do artigo 3º inciso 8º, Fuchs solicitou que fosse trocado preferencial por prioritário, Ortigara informou que na redação elaborada pelo jurídico já foi tirada a palavra “preferencial”. O Conselheiro Possamai parabenizou o governo por a sociedade estar sendo consultada e poder das suas sugestões, questionou que no capítulo III artigo 10 que a palavra “similar” repete muitas vezes quando refere-se a Secretarias Municipais de Agricultura e também em relação aos Conselhos Municipais, Zanini e Guarienti falaram que isto é de praxe também nas Leis Orgânicas Municipais, pois cada município utiliza um nome, mas que na Regulamentação da Lei será mais detalhado e colocando as condições mínimas para uma Secretaria ou Departamento de Agricultura, o mesmo em relação aos Conselhos Municipais, Possamai reafirmou que a sociedade civil deve ter uma maior definição na discussão e execução da ater, principalmente nos municípios para a assistência técnica ter uma maior eficácia e não ocorrer de um agricultor receber ater de várias entidades e outros ficarem sem nenhuma assistência técnica. Ortigara comentou que consultou o jurídico em relação a questão de gênero levantada pela Conselheira Vera e este apresentou as definições de equidade de gênero e etnia, e que estaria contemplado no artigo 3º inciso IV. O Conselheiro Airton da Superintendência do Mapa, falou que as Leis são mais enxutas e passa pela assessoria parlamentar para ajustar as palavras, e que na Lei não deve contemplar todos os detalhes e sim os pontos mais importantes. Cremilda funcionária da SERC e da Coordenação dos Quilombolas disse que deveria estar melhor especificado na Lei quem são os quilombolas, Guarienti disse que irá incluir a terminologia no artigo 2º. Fuchs solicita que fosse incluído no artigo 3º que refere aos princípios da lei, que as melhores terras agricultáveis deveriam ser destinadas a produção de alimentos, pois muitas destas áreas estão destinadas a monocultura como o eucalipto

e a cana de açúcar, reafirmou que o maior desafio da ater seria “ensinar para os agricultores como plantar em pedreiras”, depois de alguns pronunciamentos dos conselheiros, foi definido que este assunto refere-se ao zoneamento agrícola, e que a Lei de Ater não poderia contemplar ou restringir o plantio de determinada cultura, poderia ser considerado inconstitucional, Leitão Conselheiro pelo MDA falou da importância desta preocupação levantada, mas que foge do escopo da lei de ater, mas poderia ser contemplado que a ater contribuirá com ações nas condições adversas de produção, com uma maior presença e melhorando as condições de produzir, Guarienti acha que esta preocupação esta contemplada nos objetivos da lei, quando refere-se ao desenvolvimento sustentável, mas que poderia ser colocado no artigo 4º “apoiar a realização do zoneamento da produção de alimentos do Paraná, o que foi aceito por todos. Fuchs também comentou que no artigo 4º inciso XVI conflita com inciso XX, no XVI dita sobre a integração da ater com as redes de ensino e pesquisa e o XX sobre o saber milenar dos agricultores, mas que não teria no momento uma proposta mais elaborada sobre isto, e também solicitou que fosse incluídos Iapar e CPRA no inciso XVI, Ortigara disse que a redação do XVI já foi alterada pelo jurídico o qual foi lido e contemplando as Inovações tecnológicas, e sobre incluir os nomes do Iapar e CPRA acha melhor não colocar, pois já estão contemplados, inclusive outros órgãos de pesquisa, quando se coloca redes de pesquisa, pois se alterar o nome ou for extinto estas entidades prejudicaria a Lei, o que foi acatado pelo Conselheiro Fuchs e pelos demais. Outra preocupação levantada por Fuchs foi no artigo 24 em relação a contratação de forma temporária serviços de Ater ou profissionais pelo Instituto Emater, Zanini disse que no artigo 32 reafirma a presença do Instituto Emater como órgão de ater oficial e que esta tramitando uma Lei específica do Emater na Assembleia Legislativa, especificando a estrutura mínima que o órgão deverá ter, e que serviços temporários seriam de curta duração, Guarienti reforça que a lógica do Emater será a mesma das entidades privadas ou de outras públicas e que na regulamentação da lei será melhor detalhado o quadro mínimo de profissionais, Ortigara solicitou que o GT anotasse este questionamento e verificasse a melhor forma de redação das contratações temporárias. Maciel solicita que o Cedraf não fechasse questão na proposta final da lei enquanto não tivesse passado pela assessoria jurídica e novamente pelos Conselheiros para uma posição final, Ortigara reafirma que não será alterado o conteúdo na Ajur e sim melhorar a redação e colocar na forma apropriada para ser encaminhada à Casa Civil, que também poderá efetuar modificações e posteriormente será enviada a Alep, que possivelmente sofra emendas dos deputados, e se voltar ao Cedraf na próxima reunião de dezembro atrasaria em muito o trâmite do projeto. Pastor Fuchs disse que se da por satisfeito mas que conste na Ata as contribuições dos Conselheiros. Leitão sugeriu que caso ocorra alteração de conteúdo no projeto poderia ser discutido na próxima reunião do Cedraf e o Conselho poderia encaminhar as alterações por emenda a Assembleia Legislativa. O Conselheiro Brizola representante da CCA solicita que seja incluído no artigo 2 a definição de assentados, pois para os agentes financeiros os assentados não são agricultores familiares, Ortigara leu a nova redação do jurídico e que contempla também os assentados como prioritários no recebimento de ater. Leitão diz que os assentados no tocante ao uso da terra tem um termo que se usa que é parceleiro da reforma agrária e outro para a condição social, Ortigara solicitou para o GT verificar a melhor forma de como enquadrar esta proposta na Lei de Ater. Fuchs solicitou que seja incluído no artigo 4º inciso 11, a articulação em redes, pois a Ater deve dialogar com essa forma de articulação, Ortigara disse que foi acolhida a ideia e o GT deve verificar como ajustar a redação para incluir. Leonardo Conselheiro pelo Ceagro disse que no artigo 13 do capítulo IV em relação ao credenciamento das entidades de ater, que recomenda que os conselhos municipais e territoriais deem pareceres sobre as prestadoras de serviços, comentou que algumas entidades atuam em vários municípios com a abrangência de um território e por isto solicita que a recomendação pudesse ser

dos Conselhos Municipais e ou Territoriais, esta sugestão foi acolhida. O Conselheiro Padilha propôs que no artigo 10º que se refere a participação dos municípios e as condicionantes, deveria incluir a participação de consórcios de municípios exigindo as mesmas condicionantes, foi acolhida a proposta e foi solicitada ao GT para incluir a proposta. Ortigara resumiu os compromissos assumidos que seriam acolher as propostas aprovadas nessa reunião, adequar o texto pela assessoria jurídica da Seab e posteriormente enviar a todos os Conselheiros e encaminhar com a maior brevidade a Casa Civil para depois ser encaminhado a Assembleia Legislativa, com a concordância dos Conselheiros foi encerrado este item da pauta. Ortigara agradeceu o empenho de todos que ajudaram na elaboração da proposta e os Conselheiros pela participação ativa nos debates e sugestões da proposta da lei estadual de ater. **9. Assuntos Gerais-** O Secretário Norberto Ortigara comentou que o Sistema Seab e que também é defendida pelo Cedraf a busca de mecanismos para melhorar a agregação de valor a produção agropecuária nas unidades agroindustriais familiares. Há muitos anos atrás foi criado o Programa Fábrica do Agricultor e que contribui para um avanço importante na simplificação de alguns procedimentos e que ajudou constituir centenas de pequenas agroindústrias familiares, e que na sua visão precisa de mais um empurrão, para atingir um novo patamar. Nos dias 30 e 31 no Emater será realizada uma reunião com todas as entidades interessadas Seab, Sebrae, Emater, Unicafe, Ocepar, Faep, Senar, Fetaep, Fetraf-sul, Redes de Supermercados entre outras, para contribuírem com uma proposta de uma política de incentivo a agroindústria familiar, seja através de linha de crédito, avanço na inspeção sanitária, articulação comercial, e conclama que todos participem desta reunião. Conselheiro Marcos Brambila disse que a Câmara Setorial da Juventude se reuniu no dia de ontem e apresentarão uma proposta de Regimento Interno da Câmara e solicitam um espaço na próxima reunião do Cedraf para apresentar e aprovar o Regimento Interno. Solicitou que o MDA o Emater participem das reuniões das Câmaras Setoriais da Juventude. O Conselheiro José Leitão do MDA disse que foi criada uma linha de crédito especial no Pronaf para atender os agricultores familiares situados nos municípios que foram atingidos pela estiagem no início do ano, e que foram reconhecidos pelo Decreto do Ministério da Integração, o MDA terá esta linha de crédito especial, será temporária para contratações até o final de dezembro. Além da mobilização que os sindicatos possuem, foi ajustado com o Banco do Brasil e o Emater um esforço adicional, com quatro reuniões regionais que acontecerão em Francisco Beltrão com todos os municípios do Sudoeste, em Toledo com os municípios do Oeste, em Engenheiro Beltrão com municípios da região noroeste, em Pitanga com os municípios do território Paraná Centro, e Centro-Sul. Ao todo são 143 municípios do Paraná com recursos sinalizados de R\$ 10.000,00 reais para reestruturar as propriedades e terem melhores condições para enfrentar futuras estiagens, os juros serão de 1% com prazo de 10 anos com três de carência e rebate de 30% na hora do pagamento, desde que seja pago em dia. Solicitou o empenho na mobilização das lideranças regionais e dos agricultores familiares afetados para esta linha de crédito. O Conselheiro Robson Mafioletti da Ocepar parabenizou a Seab o Cedraf pela iniciativa de elaborar uma proposta de Lei Estadual de Ater, disse que as cooperativas agrícolas no Paraná possuem 1.700 profissionais atuando na assistência técnica e destes 1.200 são engenheiros agrônomos, com uma ater mais presente poderá haver uma redução na quantidade utilizada de agrotóxicos, e do uso de produtos ilegais, finalizando falou da importância de buscar recursos para o fundo de ater e novamente agradeceu o Secretário da Agricultura pela condução da proposta de Lei Estadual de Ater. Ortigara falou que na última semana teve uma reunião com Bianchini do MDA, com representantes do Mapa e com várias entidades representantes da agropecuária paranaense na qual discutiram a crise da avicultura e contribuíram com propostas e sugestões que foram encaminhadas ao governo federal, falou também das ações da Seab para minimizar os efeitos da estiagem ocorrida no final do ano passado e

início deste ano com o suprimento de sistemas de abastecimento de água, foram atendidas várias comunidades e assentamentos e continuará sendo executado dentro do Programa Pro Rural para propiciar o aumento da capacidade de armazenamento de água. Também estão sendo destinados 20 milhões de reais para atender 300 unidades demonstrativas de produção de café, ações para beneficiar os sericultores, e propostas para retomar a produção de maçã na região de Palmas, destacou grande investimentos na cadeia do leite nas diversas regiões do estado, comentou do término do convenio do Emater com o Incra que viabilizou 142 técnicos para atender assentamentos, mas que o estado está assumindo a manutenção de 40 assentamentos com investimentos de um milhão e trezentos mil reais e atendimento parcial em outros assentamentos. Fuchs disse que o Consea realizou uma reunião na qual se discutiu a grande utilização de agrotóxicos no Paraná e no Brasil, atingindo um consumo três vezes maior que nos Estados Unidos que também tem uma agricultura altamente mecanizada, e para piorar a situação disse que o Governo Federal desonerou impostos como IPI e Confins dos agrotóxicos, favorecendo ainda mais o consumo destes produtos e perguntou se algum conselheiro sabe se existe uma política estadual também de desoneração de impostos para estes produtos, o Secretário Ortigara disse que irá averiguar e comunicará na próxima reunião. O Conselheiro Vilmar Sergiki da Fetraf-Sul disse que em Palmeira estão utilizando produtos como o gramit 500 e 2,4 D que parece que estavam proibidos e foram liberados, prejudicando em muito os que produzem de forma agroecológica como também os produtores de uva pela deriva. Ortigara disse que a Adapar cadastra os produtos no estado e quem registra é o Mapa, iria solicitar a presença de um profissional para falar na próxima reunião do Cedraf sobre o assunto. O Presidente do Cedraf agradeceu a presença dos Conselheiros e convidados e desejou bom retorno a todos e deu por encerrada a reunião as 12:30 horas, eu Carlos R Bittencourt redigi a presente ata que deverá passar por análise, correção e aprovação dos Conselheiros e após será assinada por mim e pelo Presidente do Conselho.

Carlos Roberto Bittencourt
Secretário Executivo do Cedraf

Norberto Anacleto Ortigara
Presidente do Cedraf